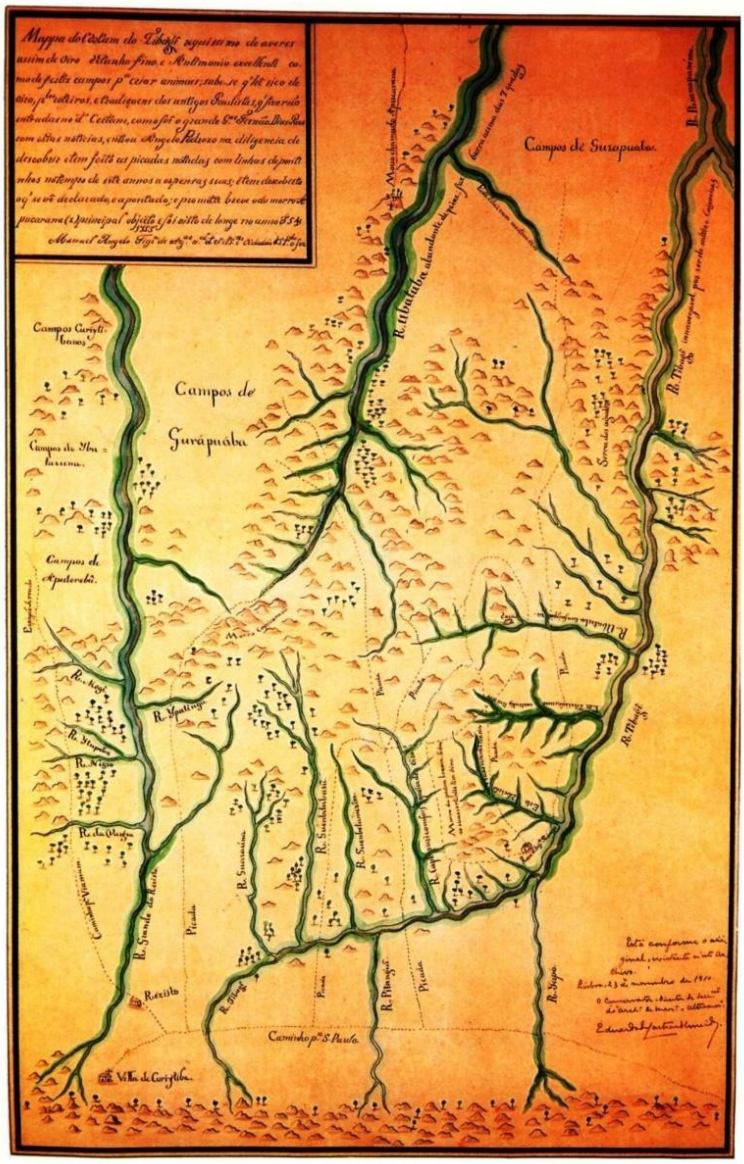
RIO TIBAGI – CAÇADORES-COLETORES, DOMÍNIO ESPANHOL E REDUÇÕES JESUÍTICAS



ARQUEOLOGIA

O contexto dos caçadores-coletores

Com a dispersão humana no território americano houve uma intensa movimentação que levou a formação de distintas culturas. Entre 11.000 e 8.000 anos atrás o homem pré-histórico já se encontrava ocupando grande parte do nosso território. Sua origem, todavia, é incerta a exemplo do que registro Noelli (1999-2000, p 228): "*Ainda não há indicadores que definam de qual região da América do Sul vieram essas primeiras populações, assim como não sabemos qual ou quais foram as áreas de entrada para a região do Sul do Brasil".* Os vestígios destas culturas, contudo, podem ser reconhecidos por meio do instrumental de rochas que eles deixaram. Na arqueologia brasileira denominamos tais peças de materiais líticos. A sua utilização como guia para a diferenciação de culturas se deve ao fato de que se trata de um material extremamente resistente, ao contrário de outros vestígios que são extremamente frágeis e tendem a desaparecer, muitas vezes sem deixar rastros, como é o caso da madeira, das fibras vegetais, do couro e, até mesmo, dos ossos.

Na época que os caçadores-coletores viveram houve uma série de alterações climáticas, com um aumento da temperatura e da umidade, até que estas atingiram praticamente as mesmas condições atuais. André Prous nos explica que o aumento global da umidade, fenômeno conhecido como *optimum* climático, levou a uma proliferação de moluscos terrestres, marítimos e fluviais. Neste mesmo momento as matas se expandiram o que fez com que as sociedades se adaptassem a uma nova dieta, mais diversificada, baseada na coleta e também na pesca. Outros grupos ainda eram preferencialmente caçadores, e mantinham o mesmo modo de vida dos ancestrais. Tais culturas viriam a ser modificadas ou substituídas por aqueles que iniciariam experimentos na domesticação de plantas. Conforme afirma Prous:

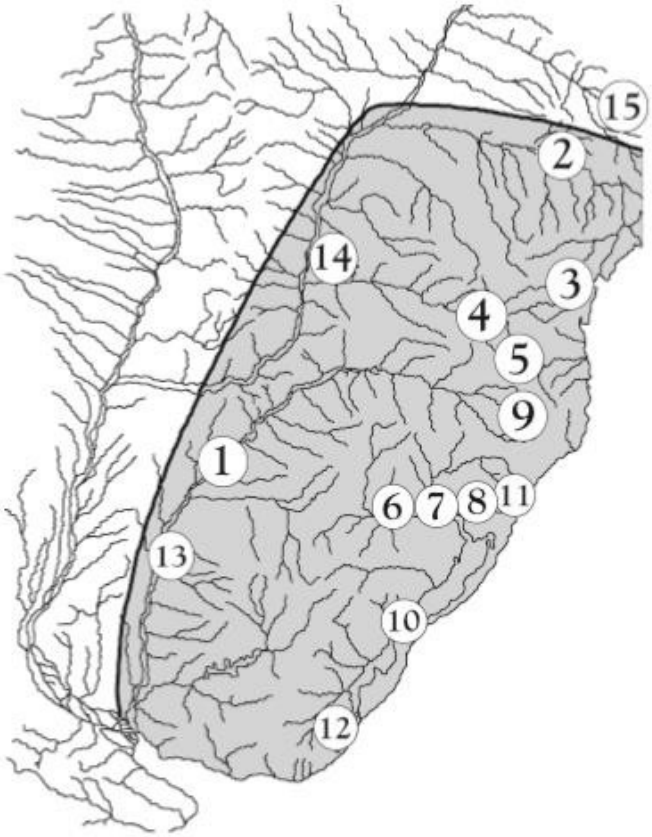
> Este mosaico ecológico vai se manter durante o Holoceno recente, facilitando a justaposição de populações vizinhas e frequentemente inimigas, com especialização econômica em regiões ecologicamente diversas. (Prous, 1992, p. 147)

Esta seria uma explicação para a convivência da tradição Umbu com a Humaitá, não só no estado do Paraná, mas também no restante do sul do Brasil. Esta ocupação duraria até mais ou menos o período de 2.500 a 2000 anos AP, quando outras populações com diferentes formas de adaptação ao meio, entre as quais a horticultura incipiente, tornaram-se dominantes no sul do país.

O histórico das inúmeras pesquisas arqueológicas realizadas no sul do Brasil, razão pela qual se tem um maior número de dados para o início da ocupação do território, remontam a época do PRONAPA, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Foi por meio dos dados obtidos pelo levantamento que os arqueólogos do sul do Brasil, já na década de 1960, propuseram a existência de duas tradições arqueológicas: a Umbu e a Humaitá. A principal diferença que serviu para caracterizá-las foi que uma era produzida a partir de lascas e a outra a partir de blocos. Devemos lembrar que estas duas "Tradições" não são únicas, pois há outras que não se enquadram facilmente nestas.

A tradição Umbu

Esta tradição está relacionada a pequenos grupos humanos de caçadores-coletores que eram nômades, isto é, viviam migrando de uma região para outra a fim de garantir a sua subsistência. Construíam provavelmente abrigos temporários a céu aberto, em locais que poderiam ter de 20 a 80 metros de diâmetro identificado pela diferenciação do solo, em geral mais escuro devido a matéria orgânica. Mas conforme nos informa Prous, a estrutura interna destes locais de moradia ainda é desconhecida. Há, contudo, a presença de fogueiras espessas de forma circular rodeadas por blocos de basalto que foram encontradas no Paraná. Tais dados provêm do oeste do estado. A sociedade Umbu também empregava as formações naturais, como abrigos sob rocha, para se proteger. Em alguns abrigos nota-se que a ocupação durou muito tempo. Ao que parece este grupo procurou regiões menos arborizadas, situadas entre 400 e 500 metros de altitude, e deixaram seus registros em áreas próximas aos rios, riachos, arroios e lagos.



Área de ocupação da cultura Umbu, com a marcação de pontos onde ocorreu a datação de sítios arqueológicos. Referência: NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista da USP. Nº 44, dez./fev. 1999-2000, p. 230.

Conhecemos um pouco de sua dieta pelos vestígios provenientes de escavações, que revelaram uma certa generalização: caçavam animais (mamíferos, aves e répteis) de diversos tamanhos, pescavam com o uso de anzóis de osso, coletavam conchas bivalves nos rios e caracóis em terra. Sobre a coleta de vegetais a presença de restos encontrados em escavações arqueológicas revelou que consumiam cocos de palmeiras.

Estes caçadores-coletores selecionaram matérias primas para a produção de seu instrumental lítico. São encontrados artefatos feitos de rochas denominadas frágeis, como o quartzo, o silexito, a calcedônia e a ágata. Estas rochas possibilitam a extração de lascas e ao retoque, inclusive por pressão, ao contrário de rochas semifrágeis, a exemplo do basalto, que eram empregadas para a elaboração de instrumentos pesados (Prous, 1992, p. 151). Fragmentos de arenito encontrados mostram o seu uso como polidores ou alisadores.

Dentre os diferentes tipos de artefatos encontrados em sítios da cultura Umbu, as pontas de projétil são as mais características. Ocorrem nos seguintes formatos: foliáceas bifaciais ovais e triangulares. As pontas triangulares têm o corpo na forma de um triângulo isósceles com o pedúnculo na parte inferior, contendo ou não as aletas. São lascadas bifacialmente e os bordos apresentam um serrilhamento, obtido por meio da pressão. Estas pontas possuem proporções variadas, provavelmente para usos diferenciados, uma vez que eram presas nas pontas de flechas feitas de madeira. As menores podem ter ao redor de 2,5 cm, enquanto as maiores passam de 15 centímetros. Neste último caso se trata de ponta de lança. A média do comprimento das pontas da tradição Umbu é de 4 a 7 centímetros. Há uma diferenciação na quantidade deste tipo de artefato variando de sítio para sítio. Em um sítio oficina, o local onde as pontas eram produzidas, é possível encontrá-las em grande número, ao contrário de um sítio que funcionou temporariamente como local de acampamento (Prous, 2006, p. 48).

Pontas de projétil (esquerda) e lança (direita) pertencentes a cultura Umbu encontradas em Tomazina, PR. Fotos: Moacir Elias Santos.

A partir das lascas a cultura Umbu também produziu outros instrumentos, geralmente os retoques atingem toda a superfície. Há raspadores, furadores, percutores, grandes bifaces, buris e facas (geralmente bifaciais) (Prous, 1992, p. 151-153; Schmitz, 1984). Lascas secundárias, lâminas e núcleos também são encontrados. Outro artefato presente em alguns sítios são os trituradores com vestígios de pigmentos vermelhos, originários da Hematita, que podem ter servido para preparação da tinta utilizada nas

pinturas rupestres. Prous também explica a existência de variações regionais e cronológicas que pode ser reconhecida por meio da cultura material da Tradição Umbu:

> De uma maneira geral, acreditamos que haveria duas fácies geográficas: uma meridional (Rio Grande do Sul) e uma setentrional (a partir do Paraná); (...) No Sul, a porcentagem de lascas retocadas, particularmente com retoque invasor, é muito maior, enquanto que em certas fases do Paraná (Vinitu) mal atinge 3%. As bolas polidas, os instrumentos pedunculados e furadores retocados parecem ser exclusivos do Rio Grande do Sul (...). Os bifaces foliáceos são também menos numerosos e menos cuidadosamente elaborados no Norte do que no Sul. As diferenças existem até em detalhes das ponta de projétil, alguns tipos das quais são privativos da região meridional e do Paraná: pedúnculo com base sinuosa e bordos serrilhados, por exemplo.

Outras diferenças, contudo, já não podem ser levadas em consideração pela ausência de um determinado tipo de vestígio. Este é o caso dos instrumentos fabricados a partir de ossos, que são quase que exclusivos de sítios do tipo abrigo, do estado do Rio Grande do Sul. Entre as peças estão furadores, produzidos através do lascamento dos ossos com a ponta posteriormente polida, e retocadores, confeccionados com chifres de cervídeos e utilizados como instrumento para a produção de artefatos de rocha. Há também instrumentos trabalhados, a exemplo dos anzóis curvos (que possuem reentrâncias para a amarração da linha), espátulas e agulhas perfuradas e não perfuradas, sendo estas provavelmente utilizadas para trançado. Em sítios próximos a costa também foram encontrados adornos confeccionados a partir de dentes de tubarão e conchas bivalves (Prosus, 1992, p. 153.).

A cultura Umbu também se preocupava com seus mortos, visto a existência de três abrigos, todos no Rio Grande do Sul, onde foram encontrados sepultamentos. Conforme explica Prous:

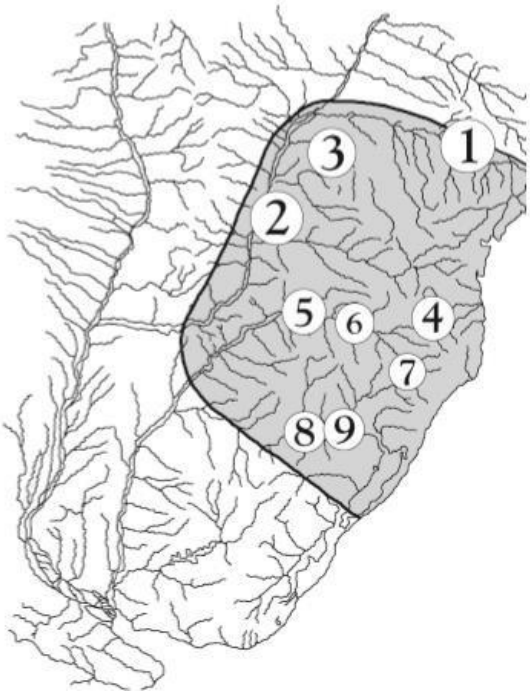
> Os corpos (existem adultos e crianças) estavam deitados sobre uma camada de cinzas sobresposta a um pavimento de pedras, algumas servindo de ‘almofada’ para a cabeça. Alguns ossos mostram vestígios de queima, indicando que o corpo foi depositado sobre brasas. Acima vem um ‘embrulho’ de folhas, e o conjunto recoberto por terra ou blocos de pedra. O mobiliário funerário, quando existente, limita-se a colares de conchas. (Prous, 1992, 150)

No estado do Paraná até o presente não foram localizados sepultamentos que auxiliassem na ampliação dos conhecimentos sobre esta população antiga. Uma das razões é que não existem grandes abrigos que pudessem preservar estes vestígios, conforme ocorre em outros lugares.

A tradição Humaitá

Junto aos grandes rios, nas áreas de mata ciliar, foram encontrados sítios arqueológicos que refletem um padrão de assentamento de acampamentos, multifuncionais, localizados a céu aberto. Tais localidades, que não apresentavam pontas de projétil, estão relacionadas ao que os arqueólogos denominaram Tradição Humaitá. Foi por volta de 6.000 anos AP que esta cultura intensificou a ocupação do espaço (RIBEIRO, 81). No princípio eles dividiram o território com a cultura Umbu, mas com o passar do tempo ocuparam uma vasta área que corresponde a toda a região sul do país. Foi no sudeste do Paraná e no nordeste do Rio Grande do Sul que as datas mais antigas foram registradas.

A ocupação da cultura Humaitá foi descrita inicialmente como relacionada a mata-galeria, e não estaria presente nas regiões mais altas ou em áreas de floresta de araucária. Contudo, estudos mais recentes mostraram a presença de sítios Humaitá em áreas mais altas. Estes ambientes são excelentes tanto para a caça quanto para a coleta de vegetais. Sítios encontrados no Rio Grande do Sul e associados a esta cultura são de grandes dimensões, podendo chegar de 500 a 3.000 m2. Os vestígios destes sítios são esparsos e, por vezes, nota-se uma diferenciação no solo. Estruturas de fogueira revelaram grandes dimensões, com até 2 metros e fundo côncavo.



Área de ocupação da cultura Humaitá, com a marcação de pontos onde ocorreu a datação de sítios arqueológicos. Referência: NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista da USP. Nº 44, dez./fev. 1999-2000, p. 238.

A cultura Humaitá dispunha dos mesmos recursos naturais da tradição Umbu. O arqueólogo Pedro Ribeiro menciona a possibilidade de que a população alternava sua alimentação durante as estações e que também haveria uma migração relacionada a busca de alimentos:

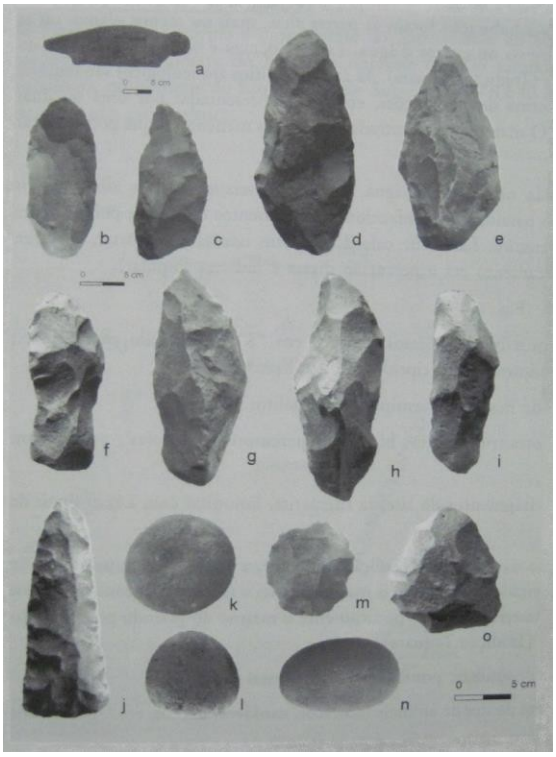
> No inverno os mamíferos eram os preferidos, no outono- inverno, as aves e, na primavera-verão, as rãs. Para pescar e coletar moluscos, deveriam deslocar-se para os rios ou litoral marinho. As migrações sazonais para esta última região originaram os sambaquis. No final do verão ou início do outono, retornavam ao planalto para coletar um dos alimentos mais importantes: o pinhão (semente do pinheiro brasileiro, a *Araucaria angustifolia*) – dado fornecido pela etnologia. (RIBEIRO, 85)

Diferentemente da cultura Umbu, eles não empregavam pontas de rocha, tal característica, entretanto, não exclui a possibilidade que esta cultura utilizasse flechas feitas de materiais perecíveis, como a madeira. De qualquer forma o instrumental lítico encontrado reflete mudanças significativas em relação a cultura Umbu. A matéria-prima para a confecção das ferramentas era coletada nos rios ou riachos, por meio de seixos

rolados, ou em afloramentos rochosos (RIBEIRO, 83). Havia artefatos lascados feitos de basalto e arenito silicificado de proporções maiores em relação ao que se via nos sítios Umbu. Estes objetos são os *choppers* e os bifaces, que serviam para diversas funções como machados para cortar a madeira ou cavadores para escavar o solo. Tais instrumentos foram produzidos a partir de uma massa central, originária de um bloco ou mesmo de um seixo.

Pela sua extensão a cultura Humaitá possui diversas fases regionais, que foram justamente definidas pelo instrumental lítico. Dados provenientes de Santa Catarina revelaram informações sobre o período mais antigo (por volta de 7.260 anos AP) quando os instrumentos mais numerosos eram os bifaces longos e espessos, de formato losangular, podendo também ser retos ou curvos. Este último tipo denominado buomerangoide (com forma de um bumerangue), possui entre 10 e 20 centímetros de comprimento e é visto como um "fóssil-guia" para a presença da denominada cultura "Altoparanaese". Outros artefatos são os picões com pontas triédricas, que não eram encabados, mas utilizados diretamente na mão. É também de Santa Catarina a definição de um período intermediário (datado de 5.930 AP), denominado fase "Tamanduá" quando os instrumentos sobre lasca se tornaram mais numerosos e houve um aumento no tamanho dos bifaces. Também há machados polidos ou semipolidos, além de mós e pilões. Já o período final desta época as ferramentas se tornara mais leves, houve o desaparecimento dos bifaces curvos, embora os de forma reta ainda existissem (PROUS, 1992, p. 159)

> Embora esta cronologia seja uma tentativa de mostrar o desenvolvimento da cultura Humaitá, até a atualidade não houve uma escavação arqueológica que mostrasse uma estratigrafia clara com estas alterações na cultura material. Dúvidas também foram propostas por pesquisadores que acreditam que alguns sítios que foram considerados como da tradição Humaitá são, na realidade, locais de passagem onde grupos Tupiguarani teriam abandonado seus instrumentos de pedra (PROUS, 2006, p. 48).



Artefatos líticos da cultura Humaitá: b – j: talhadores; k; batedor-triturador com depressão semi-esférica polida; l, n: batedores-trituradores; m, o: raspadores. Referência: RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Os mais antigos caçadores-coletores do sul do Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org). Pré-história da *Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 84.

Com relação a outros tipos de matérias-primas, a cultura Humaitá também se utilizou de ossos de animais para a produção de pontas de projétil, agulhas e pontas empregando a técnica do polimento. Já os dentes de animais e as conchas eram utilizados para a confecção de adornos. Dentes de macacos, canídeos e felinos tinham as raízes perfuradas e eram sustentados por cordões provavelmente de fibra vegetal. Já as conchas eram polidas, formando discos, que também eram transpassados por cordões (RIBEIRO, 83).

Até o presente se desconhece a maneira com que a cultura Humaitá tratava seus mortos. Tal fato deve-se a ausência de inumações dado a problemas de conservação visto que os ossos não se conservam bem em ambientes muito úmidos e com solo ácido. Descobertas futuras certamente poderão trazer respostas a esta questão.

HISTÓRICO DAS PESQUISAS

Muitas informações existentes sobre a Arqueologia Paranaense são provenientes do PRONAPA, ou Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Este foi implantado pelos pesquisadores Clifford Evans e Betty Meggers sob a tutela do Smithsonian Institution de Washington e também por instituições brasileiras, como o CNPq (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008). Entre 1965 e 1971 o PRONAPA formou a geração mais antiga de pesquisadores que tiveram como tarefa inicial realizar um levantamento geral em todo país, por meio de escavações, com a finalidade de reunir informações sobre características culturais, padrões de povoamento, entre outras, das sociedades pretéritas que habitaram o nosso território. Foram estes pesquisadores que identificaram as tradições Umbu e Humaitá.

Em 1973/74, em Ponta Grossa, o arqueólogo Igor Chmyz, do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná realizou estudos em dois sítios com pinturas rupestres, situados às margens do rio Quebra-Perna. São os sítios Abrigo Cambiju (PR PG 1) e o Abrigo Morro do Castelo (PR PG 2). No Abrigo Cambiju foi escavada uma parte que revelou materiais líticos (pontas de projétil, percutores, quebra-coquinhos e lâminas de machado lascadas) que estavam entre 0,50 e 1 m de profundidade (CHMYZ, 1976). Já no Abrigo Morro do Castelo os artefatos estavam entre 1,2 m e 1,6 m de profundidade.

Outro sítio da cultura Umbu foi pesquisado em 1972, por Oldemar Blasi do Museu Paranaense. Ele encontrou evidências de múltiplas ocupações no Abrigo do Pontão, localizado em Sengés. Neste local além do material lítico, da cerâmica Itararé-Taquara, havia restos humanos de 12 indivíduos e também pinturas. A variedade de materiais arqueológicos com as duas ocupações do local foi confirmada posteriormente por Cláudia Parellada e Gottardi Neto, começando pelos caçadores-coletores da cultura Umbu e terminando com os ceramistas da cultura Itararé, que foram os responsáveis por converter o local em uma necrópole. Com relação aos artefatos líticos, de acordo com Parellada (1991):

> Foram recuperados 350 materiais líticos, sendo caracterizadas microlascas, raspadores, furadores, talhadores e alisadores de cerâmica, debitados a partir de

matéria-prima abundante na região, como quartzo cristal, silexito, arenito silicificado, quartzito e diabásio.

Já entre os anos de 1992 a 1993 foi executado projeto em Ventania que objetivava o estudo do maior sítio com pinturas rupestres no Paraná: o Cavernas de Morro Azul. Na pesquisa diversos sítios puderam ser cadastrados (PARELLADA, 1993; GOTTARDI NETO, 1995). No sítio Cavernas do Morro Azul foram reconhecidos três distintos períodos de ocupação, sendo o mais antigo o da cultura Umbu, enquanto nas duas outras fases eram dos ceramistas da cultura Itararé.

O resgate arqueológico realizado em 2002, pela arqueóloga Cláudia Parellada, devido a obra da Linha de Transmissão de 230kV entre Bateias e Jaguariaíva, com financiamento da COPEL e com o apoio institucional do Museu Paranaense, localizou sítios da cultura Umbu nos locais de implantação de torres. Um destes sítios é o Abrigo Jagariaíva 1. Entre os artefatos havia peças confeccionadas em silexito, quartzo hialino e quartzito.

Em 2006, durante os trabalhos de resgate arqueológico realizados em decorrência das obras de implantação da Linha de Transmissão LT KV 750 Ivaiporã – Itaberá III, o CEPA-UFPR, sob coordenação de Igor Chmyz, realizou estudos em 62 sítios arqueológicos. Destes 8 sítios eram pré-cerâmicos ligados a cultura Umbu. A quantidade de sítios encontradas está relacionado ao fato do estudo ter sido feito cortando a bacia do Tibagi de forma perpendicular, percorrendo uma grande extensão territorial que incluía a micro bacia do ribeirão Barra Grande, localizado na margem direita do rio Tibagi (CAVALHEIRO, 2013, p. 91).

Por fim, os trabalhos de prospecção e resgate arqueológico (realizado entre os anos de 2008 e 2012) da Usina Hidrelétrica Mauá, coordenados por Everson Paulo Fogolari, resultou na descoberta e registro de 7 sítios arqueológicos com materiais pertencentes a cultura Umbu. Tais vestígios, atualmente no Museu Regional do Iguaçu, serão futuramente fotografados para sua inclusão no DVD Rom tendo em vista a sua importância para a memória do rio Tibagi.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍTIOS DA CULTURA UMBU

o.	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Altitude	Vestígios	Referências
1	Estrada Torre Vigilância Telêmaco Borba	7335.750 530.650	não marcada	Líticos	
2	Topo da Estrada Tigre I Telêmaco Borba	7.290.622 571.655	não marcada	Líticos	

3	Topo da Estrada Tigre II Telêmaco Borba	7.335.500 531.000	não marcada	Líticos	
4	Barra Grande II Ortigueira	7.331.800 521.100	não marcada	Líticos	
5	Barra Grande III Ortigueira	7.332.450 521.000	não marcada	Líticos	
6	Barra Grande IV Ortigueira	7.332.000 521.000	não marcada	Líticos	
7	Barra Grande V Ortigueira	7.331.750 523.500	não marcada	Líticos	
8	Gruta do Cedro São Jerônimo da Serra	7.382.850 510.400	não marcada	Líticos, restos da dieta alimentar	

Já os sítios de caçadores-coletores da Tradição Humaitá também foram localizados inicialmente a partir dos estudos levados a cabo pelo PRONAPA (CHYMZ, 1981). Levantamentos posteriores feito no rio Iguaçu, relacionados a Salto Caxias, também estão relacionados a essa cultura. Tal como mencionamos anteriormente, no vale do Rio Tibagi, vestígios de grandes artefatos confeccionados com seixos de diabásio e arenito silicificado foram identificados por Igor Chmyz, durante a investigação em uma camada no sítio do Abrigo Morro do Castelo, em Ponta Grossa.

Ao longo do tempo, devido aos projetos de construção de usinas hidrelétricas no curso do rio Tibagi, a Usina São Jerônimo, a Usina Cebolão e Usina Jataizinho, foram realizados levantamentos arqueológicos para a elaboração de EIA-RIMA's. Odemar Blasi coordenou os trabalhos em 1998 na área da UHE São Jerônimo, e encontrou um sítio relacionado a cultura Humaitá. Já os projetos para as UHE Cebolão e UHE Jataizinho, levados a cabo por Cláudia Parellada, resultaram no levantamento de 29 locais com vestígios arqueológicos, sendo 13 deles na área da UHE Cebolão e 16 na UHE Jataizinho. Por meio de revisão bibliográfica, 8 sítios já tinham sido localizados por Giovannetti em 1990, sendo 3 deles relacionados a cultura Humaitá. Por ocasião deste estudo, Parellada também localizou um novo sítio relacionado a esta tradição.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍTIOS DA CULTURA HUMAITÁ

o.	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Altitude	Vestígios	Referências
1	Abrigo Serra do Arreio Londrina	não registradas	não marcada	Líticos	EIA-Rima UHE Cebolão
2	Lerroville I Londrina	não registradas	não marcada	Líticos	EIA-Rima UHE Cebolão
3	Lerroville II Londrina	não registradas	não marcada	Líticos	EIA-Rima UHE Cebolão
4	Alto Capim São Jeronimo da Serra	7.371.250 524.375	não marcada	Líticos; arenito silicificado	EIA-Rima – UHE São Jerônimo

HISTÓRIA e ANTROPOLOGIA

O Paraná espanhol

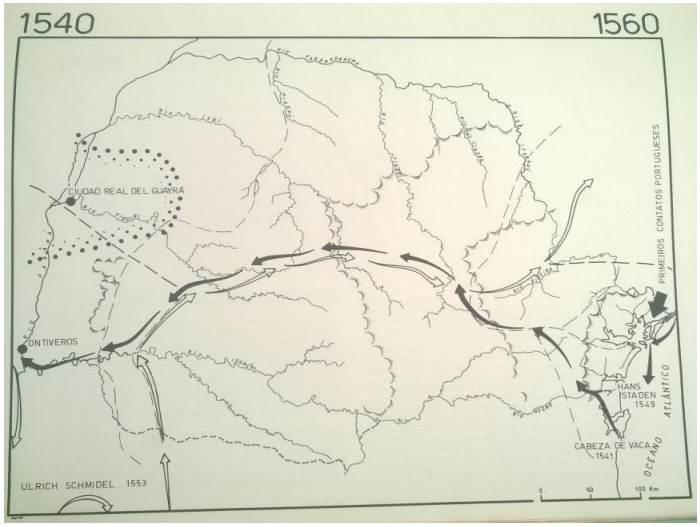
Os territórios da bacia do rio Tibagi estavam ocupados desde tempos imemoriais por diversas etnias indígenas. Contudo, analisaremos o passado da região a partir dos primeiros contatos que ocorreram quando da chegada dos europeus à América e empreenderam o processo colonizador que os levou à relação com os diversos povos nativos.

Quando os europeus iniciaram o processo de colonização das suas terras americanas estas encontravam-se divididas entre Portugal e Espanha. Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre os dois países, grande parte do território que hoje chamamos Paraná pertencia aos espanhóis. Esse acordo “dividia o mundo pela linha imaginária, o meridiano, que corria a 370 léguas do Cabo Verde. As terras situadas ao ocidente dessa linha pertenciam à Espanha, ao passo que aquelas situadas a oriente pertenciam a Portugal” (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986). A Coroa Portuguesa interpretava que a linha encerrava-se em Laguna, Santa Catarina, enquanto que para os espanhóis terminava em Paranaguá. Assim, grande parte do território paranaense pertencia, a partir da assinatura do Tratado, à Espanha. Esse desacordo entre as duas Coroas sobre o ponto correto de onde terminava o Tratado de Tordesilhas levou portugueses e espanhóis circularem pelo território paranaense levando cada uma das Coroas a enviar expedições para seu reconhecimento.

Os primeiros relatos europeus sobre o Tibagi estão associados a essas expedições que para conhecer o espaço e transitar entre regiões importantes cruzaram o rio ainda no século XVI. “Em 1516, foram os espanhóis, da expedição de Sólis, os que chegaram ali primeiro, e também os espanhóis da expedição de Aleixo Garcia em 1524, os primeiros a atravessá-la” (CHAGAS, 2010). Aleixo Garcia realizou a primeira viagem pelo interior do sul do Brasil. Porém, a expedição mais conhecida desse período foi executada pelo adelantado Álvar Nuñez Cabeza de Vaca que, a caminho de Assunção, vindo de Santa Catarina, para contornar o território kaingang, subiu o rio Iguaçú e a certa altura por terra, dirigiu-se ao rio Tibagi seguindo o seu curso. Nas proximidades da foz do rio Iapó, região atual da cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para o oeste até chegar ao rio Ivaí (...) (MOTA, 1999).

Cabeza de Vaca relatou a viagem realizada em 1541 e 1542 e nesse registro informou que “quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostra que havia uma divisão política entre esses diversos grupos da mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados” (MOTA, 1999).

Cabeza de Vaca registrou que em 29 de novembro de 1541 partiu da aldeia *Tocanguanzu* e depois de três dias chegou ao rio Tibagi descrevendo que tiveram dificuldade em atravessá-lo, pois tinha forte correnteza (CHAGAS, 2010). Ele atravessou o território tomando posse em nome dos reis espanhóis e possivelmente estava nas imediações de Ponta Grossa quando cruzou o Tibagi.



Expedição Cabeza de Vaca - Mapa com o curso seguido pela expedição comandada por Cabeza de Vaca, entre 1541 e 1542. Fonte: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

Nessa época o rio Tibagi era mencionado como Tibagiba ou Tibaxiba que em guarani significa: Ali = amontoar, ba = fazer alguma coisa e hi = chocar, ou seja, rio cujas águas se incham e se entrechocam. Já Tibagy era como os portugueses se referiam ao rio. (CHAGAS, 2010).

Viajantes e cronistas europeus referenciaram a presença indígena ao longo de todo o território oeste do Paraná que mais tarde ficou conhecido como Guairá. Nesses relatos deixaram explícito a ajuda indígena para andentrar as regiões e contaram principalmente com a colaboração dos Guarani, também chamados de carijós. “Cabeza de Vaca, utilizou a estratégia de relacionamento amigável, pagando aos indígenas pelas coisas recebidas, dando presentes como camisas, entre outras coisas, o que pode ter concorrido para a sua passagem sem maiores problemas pelo território” (CHAGAS, 2010). Porém, embora Cabeza de Vaca tenha assinalado sobre esta sua estratégia, é importante lembrar que muitos conflitos ocorreram em diversos momentos, sendo possivelmente uma estratégia do nativo em aceitar ou não a presença do europeu.

O caminho utilizado para essas viagens era o do Peabiru, trilha indígena pré-colombiana, transcontinental, que ligava o Peru, no Oceano Pacífico, com são Vicente, no Atlântico” (WACHOWICZ, 2001).

> “O Peabiru partia de São Vicente ou de Cananéia no litoral paulista, atravessava a Escarpa do Mar, penetrando pelo vale do rio Ribeira do Iguape, transpunha os Campos Gerais, ultrapassava os rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, e pelo vale deste último atingia a região das Sete Quedas no rio Paraná; atravessava este rio, penetrava em território paraguaio, e, vencendo a Cordilheira dos Andes, terminava no litoral peruano. Possuía numerosas ramificações para norte e para sul” (WACHOWICZ: 2001).

Além da expedição comandada por Cabeza de Vaca, “outros viajantes palmilharam os caminhos do Paraná, nessa conjuntura: Cristobal Saavedra (1551), Hernando Salazar (1552), Ulrich Schmidel (1553) e Ruy Diaz Melgarejo (1554, de Assunção ao litoral paulista, e 1555, do litoral catarinense a Assunção)” (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986). Schmidel fez um importante relato sobre sua expedição, outra fonte importante para conhecimento da região, quando partiu do Paraguai a caminho de Santos.

> “O grande número de indígenas habitantes no Guairá foi conhecido nessas primeiras incursões que os europeus fizeram, e que a sua participação e colaboração foram imprescindíveis, possibilitando as viagens pelo território, como guias, em primeiro lugar (...). Havia, logicamente, interesse dessas populações no que os estrangeiros pudessem lhes proporcionar” (CHAGAS, 2010).

Na década de 1550 a Coroa espanhola iniciou efetivamente a colonização da região que mais tarde foi chamada de Província del Guairá, sendo esta criada em 1608,

abrangendo os territórios indígenas entre os rios Paranapanema até o Iguaçú e do rio Paraná até o Tibagi. O nome é uma “referência a um cacique guarani de uma tribo que vivia perto das quedas d’água que tinham o mesmo nome: Guayrá (CHAGAS, 2010).

Contudo, as expedições não tinham condição de conquistar, povoar e colonizar, e além disso, os portugueses, depois da chegada de Martim Afonso de Souza ao Brasil, em 1530, intensificaram expedições exploratórias ao Guayrá. Diante disso, a Coroa espanhola percebeu que precisava conter a presença portuguesa na região. Assim, fundaram três cidades: Ontiveiros em 1554, na margem oriental do rio Paraná, Ciudad Real del Guairá (1556-1557) e Villa Rica del Espiritu Santo (1570), próxima do rio Piquiri. A fundação das três cidades tinham os seguintes objetivos: “a) estabelecimento de uma província – a de Vera – em territórios do Paraná e Santa Catarina; b) fechamento do Peabiru aos portugueses e, consequentemente, maior proteção às minas de Potosi; c) a exploração, sob a forma de “encomiendas”, do grande contingente de mão-de-obra indígena que vivia na região (SANTOS, 2001).

No sistema de encomiendas, que incorporou os indígenas à dinâmica colonial espanhola,

> “o colono, através de concessões oriundas das comunidades locais, tinha o direito de explorar trabalhos de grupos ou comunidades nativas durante todo seu período de vida; contudo, em troca dessa exploração, deveria pagar um tributo - que os índios vassalos deviam ao rei – à metrópole, e ainda realizar a proteção e a instrução, nas doutrinas da fé cristã, daqueles que se encontravam sob sua jurisdição”. (TIBAGI MONTANTE, 2016).

Contudo, as populações nativas apresentaram grande resistência a esse sistema, inclusive com levantes frequentes contra os espanhóis. “Os espanhóis frequentemente utilizavam a força para impor seu domínio. Os indígenas, por seu lado, rebelevam-se o quanto podiam, sem trégua” (CHAGAS, 2010). Assim, o governador do Paraguai, Hernando Arias Saavedra, sugeriu ao rei Felipe III que confiasse a pacificação e a conversão do indígena da região aos padres da Companhia de Jesus (WACHOWICZ, 2001).

Assim, quando efetivamente a Coroa espanhola instituiu a província del Guairá em 1608, deu início ao sistema de Reduções Jesuíticas. Esses núcleos de colonização e catequização indígena foram organizados pelos afluentes do rio Paraná, até encontrarem seu limite oriental na região do vale do Tibagi (TIBAGI MONTANTE, 2016). Foram organizadas 14 reduções na Província del Guairá, sendo quatro delas no vale do Tibagi: São José (1626), São Francisco Xavier (1625), Encarnación (1626) e São Miguel (1628).

Os indígenas encontravam-se no início do século XVII entre o trabalho obrigatório estabelecido pelas *encomiendas,* no qual os espanhóis utilizavam a mão-de-obra nativa em suas plantações de mate, ou pelo trabalho missionário dos padres. “Em todos os momentos, e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. O território do Guairá foi palco de guerras variadas e constantes. A conquista dos territórios indígenas foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz e da cruz” (MOTA, 1996).

As reduções jesuíticas

Padres jesuítas circulavam pelas terras americanas desde o início do processo de colonização. Em relação à Província del Guairá desde o final do século XVI. Segundo Cardoso e Westphalen os primeiros jesuítas a percorrer a região do Guairá foram Ortega e Fields, em 1588. Teriam estimado que houvesse cerca de 200.000 indígenas para serem convertidos. Ambos permaneceram “quatro meses em Villa Rica, atendendo tanto aos espanhóis quanto aos índios, fazendo batismos, matrimônios e ainda pregando o evangelho através de incursões pelas aldeias indígenas, especialmente as guarani, com as missões móveis” (PARELLADA, 2009).

Em 1604 foi formada a Província Jesuítica del Paraguay e compreendia o que hoje corresponde aos territórios da Argentina, Uruguai, uma parte da Bolívia, o Chile e uma parte do Brasil – o Guairá. Por isso, antes mesmo da organização das reduções os padres já circulavam entre os indígenas do Guairá, principalmente os Guarani que eram a maioria na região, pregando o evangelho.

Os padres jesuítas eram da Companhia de Jesus, organizada em 1534, por Santo Inácio de Loyola. A vinda desses missionários para a América tinha como um dos objetivos expandir o evangelho no Novo Mundo.

Quando os espanhóis estabeleceram o sistema de *encomiendas* muitos jesuítas passaram a censurar a exploração e a exigir por parte do governo espanhol providências. Os padres criticavam principalmente o uso da mão-de- obra indígena para uso pessoal, pois com a organização das cidades espanholas os índios realizavam todos os trabalhos, além de trabalharem nas fazendas de erva-mate. Desse modo, “o ato de reduzir os indígenas em povoados tinha o objetivo de ensinar a doutrina católica, promover a civilização como pretendia a Companhia de Jesus, e também livrá-los do serviço pessoal, realizado através das encomiendas” (CHAGAS & MOTA, 2007).

No início do século XVII a situação dos Guarani era bastante difícil, pois além dos espanhóis, portugueses também invadiam a região para aprisioná- los. Embora resistissem, os índios não superavam as táticas e armas dos europeus.

Com o apoio da Coroa Espanhola que reconheceu no trabalho missionário a possibilidade de controlar os indígenas, a partir de 1610, as primeiras reduções passaram a ser organizadas.

> "As Missões Jesuíticas caracterizaram-se como estabelecimentos organizados pelos padres jesuítas, para a civililzação e a evangelização para a fé católica dos indígenas da América. Eram, portanto, centros de povoação ameríndia criados pela Companhia de Jesus, onde ficavam centenas de índios sob um sistema socioeconômico comunitário que os salvaguardava das encomiendas" (CHAGAS, 2010).

Para o governo espanhol as reduções eram importantes, pois ao exercer um certo controle sobre o indígena, facilitaria a entrada dos espanhóis na região. Contudo, quando a Coroa Espanhola autorizou a organização dessas comunidades, a tarefa não foi fácil, pois os encomendeiros tentavam impedir. Além de muitos indígenas também não aceitarem a presença dos jesuítas. O método utilizado pelos padres foi aproximarem-se dos caciques. Também, muitas vezes, "os jesuítas ficavam geralmente em dupla nas áreas onde se estabeleciam as missões, pois um se deslocava, junto com indígenas aliados, pelas aldeias vizinhas para ampliar o número de convertidos" (PARELLADA, 2009).

Para essa aproximação junto aos indígenas os padres missionários buscaram aprender a língua nativa para a comunicação, embora segundo as recomendações espanholas, deveriam também ensinar o castelhano. Para facilitar o processo de evangelização os padres jesuítas produziram obras de linguistica em várias línguas indígenas.

As informações sobre a vida nas reduções e do trabalho dos jesuítas foram registradas pelos próprios padres. Uma obra em especial, "Conquista Espiritual", realizada pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, é uma fonte bastante importante para conhecer sobre o relacionamento estabelecido nas reduções. "Os registros jesuíticos demonstram que havia um relacionamento tranquilo dos padres com alguns dos grupos, com poucas evidências de confronto entre eles" (CHAGAS, 2010). Nos comentários jesuíticos isso se deu pelas atitudes mansas dos padres que atraíam os índios para as reduções.

Porém, embora essa seja a informação encontrada nas obras dos padres jesuítas, podemos destacar que "o encontro do guarani com o jesuíta não se deu passivamente. A

tentativa de transformação da cultura nativa em ocidental foi às custas de muita habilidade, conhecimento, sensibilidade, religiosidade e fé dos missionários" (SBRAVATI, 2009).

Vida e organização nas reduções

As terras para a organização da comunidade indígena eram doadas pelo governo espanhol, e por isso, a sua estrutura e disposição deveria seguir as normas enviadas pela Coroa Espanhola. O governo de cada redução estava submetido ao bispo do Paraguai. Porém, "Esses municípios indígenas administrados por um padre compunha-se de um corregedor chefe político, um tenente corregedor, dois alcades da irmandade, um alférez real, um mordomo, quatro vereadores, um policial e um secretário" (CHAGAS, 2010). Também os caciques e seus filhos primogênitos ajudavam na administração, assumindo funções de alcaide, responsável por assuntos administrativos, e corregedor, que lidava com assuntos jurídicos. Internamente as comunidades estavam sob a regência dos padres curas, chamados pelos indígenas de *Paituyá* ou padre velho. Esses eram escolhidos pelo governador através de três nomes enviados pelo superior da província jesuítica situada em Córdoba. "O Cura, como autoridade espiritual, tinha as funções de ministrar a confissão, o ensino do catecismo e visita aos doentes" (CHAGAS, 2010).

As reduções por todo o Guairá tinham estrutura semelhante e podemos entender que as que foram construídas às margens do rio Tibagi também fossem da mesma maneira: "obedeciam a um plano urbanístico muito preciso, com a Praça Maior, a igreja, a moradia dos padres e dos chefes indígenas" (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986). Assim, no centro ficava a igreja, ao seu lado o cemitério e a casa paroquial e do lado desta as oficinas. A horta ficava geralmente atrás dessas construções. No sentido oposto ficava o *Cotiguazú*, onde permaneciam as viúvas e órfãos. A praça ficava à frente da igreja e, no centro, era comum uma estátua do santo patrono do lugar ou de uma cruz, símbolo do cristianismo. As casas eram construídas em torno da praça e tinham forma quadrada.

Um elemento importante era o sino que determinava o momento de cada atividade a ser desempenhada dentro da redução; "pode-se considerar que o sino era um elemento indispensável para a administração dos padres e o encaminhamento do cotidiano dos indígenas na redução" (SBRAVATI, 2009 apud MANFRAN, 2004, p.37-57).

Em relação a produção agrícola, as reduções estavam organizadas da seguinte maneira: *Ambaé*: propriedade familiar de produção – trabalhava-se três dias por semana;

Tupambaé ou Tubambaé: economia coletiva, na propriedade da igreja, em que se trabalhava três dias na semana – os produtos seriam para sustentar viúvas, órfãos e doentes, e de onde se mantinham as oficinas e se pegava o tributo real (CHAGAS, 2010). Assim, "a vida comunitária era a base de toda a redução, e a principal atividade econômica da Província del Guairá era representada pela colheita da erva-mate, que se tornou produto de exportação" (SANTOS, 2010).

O aprendizado de um ofício também era parte do processo de redução dos índios. Geralmente de manhã, logo após as orações, dirigiam-se para as oficinas onde eram orientados por um padre (tecelão, carpinteiro, ferreiro, pintor e escultor). Deveriam aprender ofícios para o bem da comunidade e para afastarem-se dos antigos vícios. O aprendizado do ofício também colaborava para o processo de conversão, pois "a arte missioneira esteve a serviço da evangelização cumprindo um duplo papel: dotando os templos de imagens e auxiliando na tarefa de catequizar os índios" (SBRAVATI, 2009).

Quanto ao imposto real era cobrado sobre cada indígena da redução e para isso vendiam erva-mate e produtos artesanais. Sobre o processo de conversão dos guarani, Chagas afirma que o uso de roupas foi também sendo introduzido entre os indígenas pelos padres, pois a roupa era um produto do processo evangelizador.

Reduzi-los era sinônimo de convertê-los. Contudo, o processo educacional nas reduções recaiu principalmente sobre as crianças. "Havia uma preocupação em fazer com que as crianças aprendessem a doutrina, visto que deveriam ir de manhã e a tarde à escola e repetir várias vezes os ensinamentos até que aprendessem a doutrina" (CHAGAS, 2010). O aprendizado ia dos 7 aos 17 anos para os meninos e até os 15 para as meninas, quando atingiam a idade de casarem-se.

Alguns homens dedicavam-se a atividades militares para a defesa da redução. Os portugueses, principalmente os paulistas, também conhecidos como bandeirantes, investiam contra as reduções para aprisionar os indígenas e contavam com a ajuda dos índios tupi, inimigos declarados dos guarani.

Assim, o tempo das reduções estava contado. Embora os padres jesuítas tenham conseguido, em um pequeno espaço de tempo, estruturar as comunidades indígenas e adequar as populações ao interesse espanhol, os bandeirantes paulistas foram responsáveis pela sua destruição.

> "As incursões dos portugueses ao sertão foram realizadas em expedições que eram chamadas de bandeiras, cujos objetivos, concordam os historiadores-cronistas, eram caçar índios para vender como escravos. As bandeiras primeiro

> avançaram pelas costas do Brasil, e depois para o sertão, quando os indígenas para lá se refugiaram" (CHAGAS, 2010)".

Destruição das reduções

Os bandeirantes, também chamados de mamelucos pelos padres jesuítas, eram assim mencionados por serem na grande maioria produto da miscigenação entre portugueses e indígenas. Adentravam o interior em busca de índios, ouro e pedras preciosas e não respeitavam os limites territoriais delimitados pelo Tratado de Tordesilhas. "Partiam, principalmente, da vila de São Paulo de Piratininga, atual cidade de São Paulo, e adentravam os sertões utilizando as vias fluviais disponíveis, assim como todos os tipos de trilhas" (ARANTES, 2009). O aprisionamento de indígenas para venda para a agricultura de subsistência era uma importante fonte de renda para os bandeirantes, o que explica as suas recorrentes expedições ao Guairá.

Embora presentes desde o início do século XVII, as incursões bandeirantes intensificaram-se a partir de 1628. Antes entravam na região para aprisionar os índios não reduzidos, mas, a partir desse ano, lançaram-se às reduções. O governador da província do Paraguai na época, Céspedes Xeria, não impediu a entrada dos paulistas alegando não ter homens suficientes para a defesa do território.

Os bandeirantes "preferiam buscar suas presas nos aldeamentos jesuítas, pois que os índios ali reunidos, além do grande número, já estavam praticamente incorporados à civilização e, sobretudo, habituados ao trabalho agrícola nas plantações de mandioca e milho" (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986).

Para aproximar-se das reduções, em 1628, os paulistas estabeleceram- se na margem esquerda do Tibagi, provavelmente onde hoje é o município de Ortigueira.

> "Os padres também fazem referência ao já citado "forte", construído pelos portugueses, depois de passarem pelo rio Tibagi, em 8 de setembro de 1628, uma espécie de paliçada, perto das reduções, lugar de onde saíam para investir contra os indígenas e aprisioná-los" (CHAGAS, 2010).

Conforme as reduções iam sendo invadidas muitos índios fugiam ou para a mata ou seguiam para outras reduções. Há muitos relatos da invasão bandeirante registrada por cronistas e padres, sendo que muitos "procuravam enfrentar as ações dos bandeirantes, pois também era necessário que as populações indígenas percebessem sua intenção, para que não se afastassem das reduções nem do evangelho católico" (CHAGAS, 2010).

A crueldade das invasões bandeirantes também foi bastante documentada pelos jesuítas, assim como a ação dos espanhóis que aproveitaram o fato para submeter os índios que haviam fugido ao serviço pessoal. Houve também aqueles que revoltaram-se contra os padres, pois acreditavam que foram assim organizados para facilitar a ação dos bandeirantes.

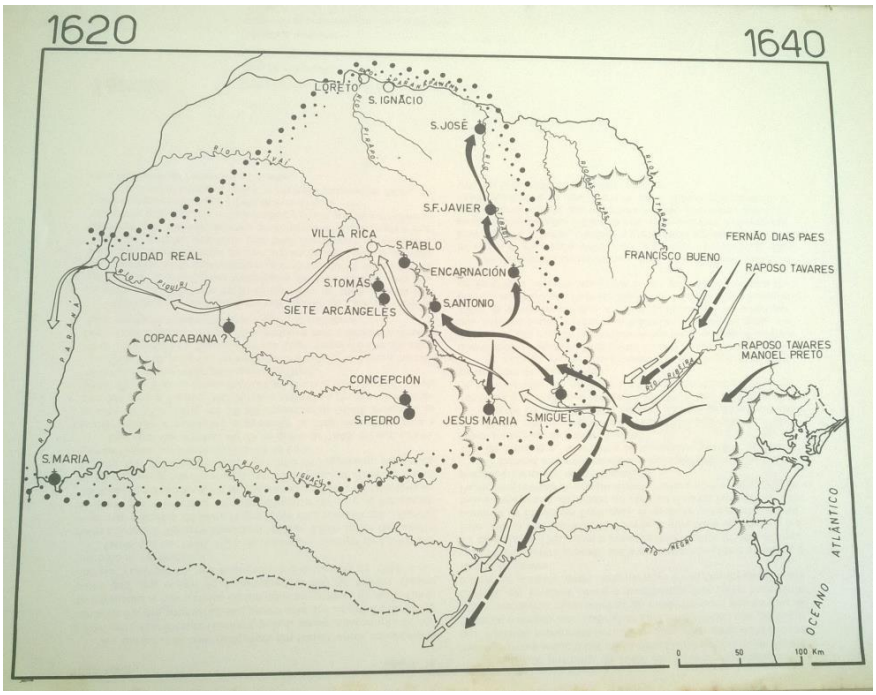
Embora a organização das bandeiras fosse na época proibida pela Coroa Portuguesa, isso não freou as atividades dos bandeirantes que contavam com o envolvimento de autoridades paulistas para garantir as expedições.

As campanhas do famoso bandeirante Raposo Tavares, por exemplo, "em 1628, levaram mais de 20.000 índios, praticamente despovoando o Guairá, e pode ter sido o ataque mais violento e fulminante, não significando que tenha sido o último" (CHAGAS, 2010). Os índios que não se submetiam eram mortos. Até 1632 todas as reduções haviam sido destruídas comandadas, na grande maioria, pelo bandeirante Raposo Tavares. "Segundo estudos de diversos autores, dos cerca de 100.000 índios aldeados, 15.000 foram mortos e cerca de 60.000 prisioneiros foram vendidos como cativos em São Paulo e Rio de Janeiro" (CHAGAS & MOTA, 2007). Os que conseguiram fugir com os jesuítas dirigiram-se para o Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai, onde estabeleceram novas Missões jesuíticas.

Além da destruição das reduções as cidades espanholas também foram atacadas e devastadas.

> "As povoações espanholas foram também atacadas, de tal maneira que Ciudad Real e Villa Rica foram abandonadas em 1632. Villa Rica resistira o assédio durante meses, caindo por fim. Os seus moradores evacuaram para oeste; muitos porém, na retirada uniram-se aos paulistas, indo até São Paulo" (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986)

Com a expulsão dos Guarani e jesuítas e destruição total do Guairá a região foi tomada pelos kaingang que se opuseram aos avanços luso-brasileiros, particularmente no vale do Tibagi.



Destruição das reduções jesuíticas - Mapa com a localização das reduções jesuíticas da Província del Guairá e o trajeto das principais bandeiras que destruíram as reduções. Fonte: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

Ao analisar o processo de colonização da América e, em especial com os indígenas das terras ocidentais do Paraná, podemos refletir que não restringe-se a uma análise dicotômica entre índios e brancos. Segundo Mota devemos,

> “considerar os grupos invasores e seus interesses localizados, as etnias Guarani e o grupo Jê que eram inimigas entre si e as alianças ocorridas entre esses grupos. Alianças explícitas ou não, o fato de um determinado momento um grupo indígena, que era refratário a pregação dos padres, procura as reduções pode ter sido apenas uma estratégia política momentânea para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo das encomiendas”.

Outra questão importante a ser refletida é que por muito tempo, o modo como se escreveu os fatos históricos acima mencionados, os indígenas eram tratados como povos submissos que aceitaram passivamente a investida do colonizador. Também, muitas vezes, não se dava a devida atenção ao número de povos que habitavam todo o território antes da chegada de espanhóis e portugueses por essas terras.

A história elaborada até meados do século XX privilegiou apenas as fontes escritas, não concedendo aos indígenas a possibilidade de terem história. Além disso, muito do que hoje sabemos e podemos interpretar sobre os fatos narrados acima foram escritos por

viajantes, cronistas e padres europeus que trouxeram a sua visão de mundo para o que narraram, ficando a visão indígena de todo esse processo relegada mais uma vez. Por isso, o resgate da memória do Tibagi também possibilita reconhecer a presença indígena ao longo de todo o seu território. Assim, segundo Chagas e Mota "é possível estudar os povos sem escrita, utilizando para isso, as fontes escritas, orais e arqueológicas, além de conceitos e critérios da antropologia cultural e social, interpretando documentos numa perspectiva dos indígenas".

Expansão territorial do século XVIII – Reconhecimento do Sertão do Tibagi

Entre o final do século XVII e início do século XVIII embora tenham sido realizadas algumas excursões para o aprisionamento de indígenas não houve nenhum assentamento ou centros permanentes na região do Tibagi.

Após o período das reduções havia ainda a esperança de encontrar-se ouro nos vales do Tibagi. O bandeirante paulista Fernão Dias Paes empreendeu viagens e passou pelas nascentes do rio em busca do metal preciso. Já no século XVIII, ainda com este imaginário presente, "bandeiras paulistas e curitibanas – como a de Zacarias Dias Cortes (1720), a de Ângelo Pedroso (1754) e a de Ribeiro Bayão (1760), assim como expedições militares, adentraram o interior da extensa paragem paranaense". (TIBAGI MONTANTE, 2016). Na época, o território do segundo e terceiro planaltos eram conhecidos como "Sertões do Tibagi" e associados à margem esquerda do rio. Segundo Aoki, o termo sertão é entendido nesse contexto como território desconhecido, mas passível de ser ocupado e explorado.

O Tratado de Madri, assinado em 1750, entre as Coroas de Portugal e Espanha revoga o antigo acordo de Tordesilhas, que não era respeitado na prática. Esse novo documento concedia ao Brasil, então colônia portuguesa, grande parte dos limites que possui hoje. O território que conhecemos como Paraná passou oficialmente para as mãos dos portugueses.

No início do século XVIII, com a expansão das fazendas de criação de gado próximas à Curitiba, paulistas e parnanguaras negociavam a doação de sesmarias na região dos Campos Gerais, o que levou a organização de propriedades nas atuais cidades de Palmeira, Castro, Ponta Grossa e Tibagi.

Assim, a partir dessa nova conjuntura, um documento do rei português, D. João III, de 1753, estimulava expedições ao chamado “Sertão do Tibagi”. Francisco Tosi Colombina, geógrafo que em nome da Coroa Portuguesa realizou diversos mapas da região interiorana do Brasil, na época da assinatura do Tratado de Madri, apresentou um plano de ocupação dos territórios indígenas do Tibagi, para ele rico em ouro. Porém, não há evidências de que realmente tenha levado esta proposta a cabo.

Porém, das expedições realizadas e já mencionadas acima, foi elaborado o primeiro mapa do “Sertão do Tibagi”, realizado em 1755, por Manuel Ângelo Figueira de Aguiar. Essas expedições levaram Angelo Pedroso Lima e Marcelino Rodrigues de Oliveira a encontrar na encosta da serra da “Pedra Branca”, diamante.

Pedra Branca está situada a sudeste da atual cidade de Tibagi, na margem esquerda do rio. “Essas descobertas causaram disputa das terras das minas no Tibagi por poderosos donos de lavras de Minas Gerais e a autoridade de Paranaguá” (MOTA, 1996). Assim,

> “As autoridades de Paranaguá, acreditando nas grandes potencialidades minerais da região, enviaram uma bandeira à Serra da Pedra Branca para manter a ordem e a vigilância dos garimpos. Essa corporação, estabelecida no registro de Tibagi de Nossa Senhora do Monte Carmo – situado na foz do rio Capivari – permaneuceu na região até o ano de 1765, onde instalou uma guarda militar” (TIBAGI MONTANTE, 2016).

Estima-se que foram enviados duzentos soldados a serviço de sua majestade para Pedra Branca com a finalidade de controlar a exploração de ouro e diamante na região. Segundo Lopes, as ordens que o regimento tinha eram:

> “Pela dita guarda poderiam deixar passar as pessoas que quisessem entrar e sair e só proibiriam que não entrassem com ferramentas, até segunda ordem de quem poder tivesse, aos que saíssem fariam as diligências necessárias, examinando exatamente a que não levassem pedras diamantes ou outras preciosas e se houvesse quem o quisesse passar sorrateiramente, sendo com elas topado, fosse logo preso, confiscado e remetido à cadeia do termo de Curitiba”.

Contudo, os registros de 1760 evidenciam a dificuldade de manter a guarda e dos sucessivos assaltos de indígenas, o que levou a permanência até 1765.

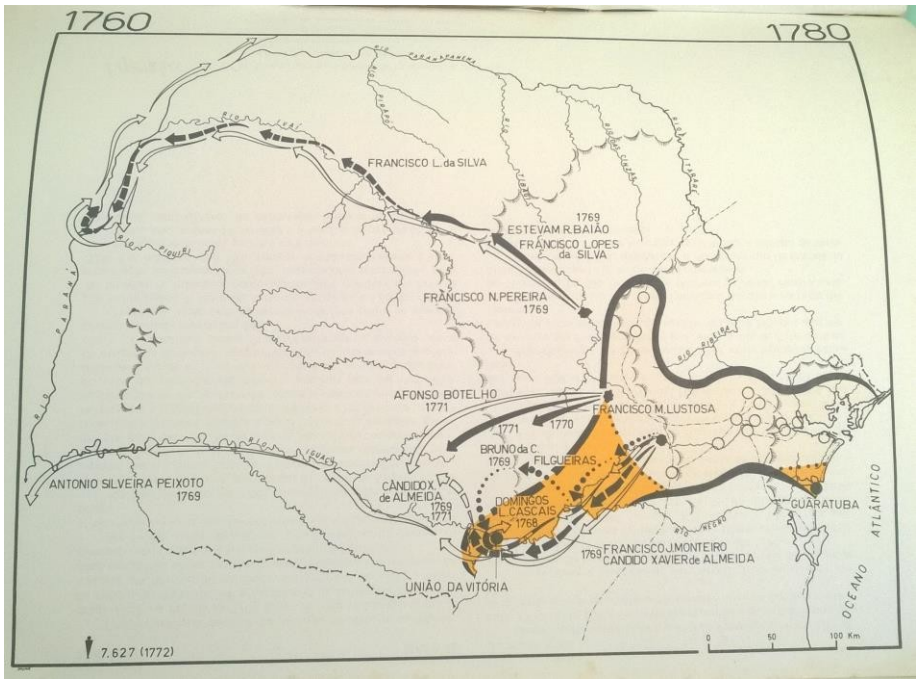
Ainda com base nas expedições ao “Sertão do Tibagi”, para evitar que espanhóis se apossassem da região, foram realizadas viagens, principalmente entre os anos 1768 e 1774. Essas campanhas “fazem parte, de um conjunto de medidas adotadas pelos portugueses para defenderem suas possessões na América do século XVIII” (AOKI, 2013). As terras que hoje formam o Paraná, nesse período integravam a Capitania de São Paulo, por isso, seu governador foi responsável pela organização das novas expedições, porém

de cunho militar. Assim, foram motivadas por D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, governador da Capitania de São Paulo.

Embora para comandante das expedições fosse escolhido Afonso Botelho de S. Paio e Sousa, a campanha foi realizado por paulistas que para participar recebiam patente militar. O objetivo era o censo, instalação de povoações para ocupação efetiva do território e conquistar os nativos para que pudessem ser agentes aliados e atuassem na defesa das fronteiras, ou seja, reduzir a população indígena (AOKI, 2013).

As viagens deviam ser documentadas o que depois resultou na obra “Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi – 1768-1774”, na qual Afonso Botelho informou o resultado das expedições para a Coroa portuguesa.

Os caminhos percorridos tinham como ponto de partida os rios conhecidos. Assim, no rio Tibagi, o ponto de apoio foi o porto São Bento localizado em sua margem esquerda, em uma antiga fazenda. Deste porto saíram duas das onze expedições organizadas para as regiões do Tibagi, Ivaí e Guarapuava. As terras foram exploradas e reconhecidas, chegaram até mesmo as ruínas das primeiras cidades organizadas pelos espanhóis quando da Província del Guairá (AOKI, 2013).



Expedições do século XVIII - trajetórias percorridas pelas expedições militares para as regiões do Tibagi, Ivaí e Guarapuava. Fonte: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas Histórico do Paraná. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

Contudo, “essa ação exploratória tinha por objetivo maior o estabelecimento de vias de comunicação e de abastecimento com a Colônia de Sacramento ao sul, e com a colônia do Iguatemi a oeste, com o intuito de garantir a posse portuguesa do território”

(AOKI, 2013). As expedições militares pelos Sertões do Tibagi eram estratégicas para chegar-se ao forte do Iguatemi no Mato Grosso. Rota utilizada até meados do século XIX e que colaborou para a expansão e ocupação do território até onde hoje é São Jerônimo da Serra.

Como podemos perceber, grande parte da bacia do Tibagi, até o século XVIII, era principalmente habitada pelos indígenas e a ação dos portugueses estava em reconhecer o território, submeter o índio (principalmente Kaingang) e iniciar a ocupação, ação importante após a assinatura do Tratado de Madri. As expedições não foram fáceis, houve muitos conflitos entre os indígenas e colonizadores. Também verificamos a organização das primeiras fazendas, embora seus proprietários ainda não residissem na região. A busca por riquezas, que era um dos maiores motivadores da colonização, tem seus primeiros registros nesse período com a descoberta de diamantes no Tibagi. Assim, os rios foram desde o século XVI de grande importância para a circulação territorial, e o Tibagi foi utilizado tanto como base, como referência para a dinâmica colonial portuguesa que se estabeleceu no século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOKI, Maria Tereza. **Dois mundos em desencontro: a narrativa imagética de Joaquim José de Miranda e o relatório de Afonso Botelho sobre o encontro entre índios e luso brasileiros nos campos de Guarapuava a partir de 1771.** Monografia. UFPR. Curitiba, 2013.

ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. Bandeiras e bandeirantes. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

CAUBY, Novaes. **A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia**. Porto Alegre: Iluminuras, 2012, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CAVALHEIRO, Antônio Carlos Mathias. (Coord.) Diagnóstico histórico e arqueológico intyerventivo da UHE Tibagi-Montante, Curitiba, Relatório técnico IPHAN, 2013b.

CHAGAS, Nádia Moreira. **Europeus e Indígenas – relações interculturais no Guairá dos século XVI e XVII.** UEM, Maringá. Dissertação, 2010.

CHAGAS, Nádia Moreira. MOTA, Lúcio Tadeu. O Guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais. In: **O professor e os desafios da escola pública paranaense.** Vol. 1. Secretaria de Estado da Educação, 2007. Versão on line. Disponível em:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_uem_hist_artigo_nadia_moreira_chagas.pdf

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". Cadernos de Campo, Nº 13, ano 14, 2005, p.155-162

FOGOLARI, Everson Paulo (Coord.) Relatório final de pesquisa. Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica Mauá, PR. Habitus Bio Acessoria. Erechim, 2013.

FUNARI, P. P.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M., Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. História, Franca, v. 27, no 2, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101- 90742008000200002&script=sci_arttext Acesso em 10 de ago. 2016.

LOPES, José Carlos Veiga. **Introdução a história de Tibagi.** Curitiba, PR: Edição do autor, 2002.

MACHADO, Renata Freitas. **Um olhar etnográfico sobre a memória social de Matarandiba**. III Salvador: Ebe Cult, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito Dias e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. In: V Encontro Regional de História ANPUH-PR, 1996, Ponta Grossa. p.188-303.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista da USP. Nº 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Vida Material e Econômica. Curitiba, Seed, 2001.

SBRAVATI, Myriam. O território natural do Guairá. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

PARELLADA, Claudia Inês. Paraná Espanhol. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

PARELLADA, Cláudia Inês. Arte rupestre no Paraná. Revista da FAP, Curitiba, n.5, p.73-89, 2009.

_____, Arqueologia dos Campos Gerais. In: Melo, M. S.; Moro, R. S. & Guiomarães, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Editora UEPG, 2007, pp. 163-165.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

_____, **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, *1995.*

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Os mais antigos caçadores-coletores do sul do Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org). Pré-história da *Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 84.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Diagnóstico Arqueológico Interventivo – Diagnóstico Histórico Cultural – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, outubro de 2013.